

-★ continuação											
CPFL Transmissão S.A. - CNPJ nº 92.715.812/0001-31											
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido											
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais)											
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro		Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos	Lucros acumulados	Resultado abrangente acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total
			Reserva lucro a realizar	Reserva legal							
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.577.763	517.341	318.601	142.780	354.367	178.210	—	(263.981)	2.825.082	6.938	2.832.020
Resultado abrangente total	—	—	—	—	—	—	318.026	(125.998)	192.028	698	192.726
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	318.026	—	318.026	698	318.724
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(203)	—	—	(203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	69	69	—	69
Ganhos (perdas) atuariais	—	—	—	—	—	—	—	(125.864)	(125.864)	—	(125.864)
Mutações internas do patrimônio líquido	—	67.195	—	15.901	—	—	(15.901)	—	67.195	—	67.195
Outras movimentações	—	67.195	—	—	—	—	—	—	67.195	—	67.195
Constituição de reserva legal	—	—	—	15.901	—	—	(15.901)	—	—	—	—
Transações de capital com os acionistas	1.129.307	—	(110.676)	—	(354.367)	50.844	(302.125)	—	412.982	(1.138)	411.844
Aprovação da proposta de dividendos	—	—	(110.676)	—	(354.367)	(178.210)	—	—	(643.254)	(982)	(644.236)
Dividendo Intermediário	—	—	—	—	—	—	(40.000)	—	(40.000)	—	(40.000)
Dividendo prescritos	—	—	—	—	—	—	2.461	—	2.461	—	2.461
Aumento (redução) de capital	1.129.307	—	—	—	—	—	—	—	1.129.307	—	1.129.307
Dividendo adicional proposto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	229.054	(229.054)	—	—	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.707.070	584.536	207.925	158.681	—	229.054	(35.531)	(389.979)	3.497.288	6.498	3.503.786
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro		Reserva de reforço de capital de giro	Dividendos	Lucros acumulados	Resultado abrangente acumulado	Total	Participação dos não controladores	Total
			Reserva lucro a realizar	Reserva legal							
Saldos em 31 de dezembro de 2023	981.343	(17.293)	109.601	142.780	354.367	368.008	—	(601.994)	1.336.812	9.050	1.345.862
Resultado abrangente total	—	—	—	—	—	—	516.339	338.014	854.353	1.519	855.872
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	516.339	—	516.339	1.519	517.858
Variação valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	—	—	—	—	—	—	—	(5.892)	(5.892)	—	(5.892)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	—	—	2.003	2.003	—	2.003
Ganhos (perdas) atuariais	—	—	—	—	—	—	—	341.903	341.903	—	341.903
Mutações internas do patrimônio líquido	—	—	209.000	—	—	—	(209.000)	—	—	—	—
Constituição de reserva de lucro a realizar	—	—	209.000	—	—	—	(209.000)	—	—	—	—
Transações de capital com os acionistas	596.421	534.634	—	—	—	(189.798)	(307.339)	—	633.917	(3.631)	630.286
Juros sobre capital próprio - AGE 27/02/2024	—	—	—	—	—	—	(17.097)	—	(17.097)	—	(17.097)
Incorporação do acervo	20.395	533.517	—	—	—	—	11.964	—	565.877	—	565.877
Reestruturação societária	576.025	—	—	—	—	—	(13.076)	—	562.949	—	562.949
Dividendo distribuídos	—	—	—	—	—	(368.008)	—	—	(368.008)	—	(368.008)
Dividendo prescritos	—	—	—	—	—	—	3.632	—	3.632	—	3.632
Aumento (redução) de capital	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(2.190)	(2.190)
Ganho (perda) em participação sem alteração no controle	—	1.117	—	—	—	—	—	—	1.117	(1.117)	—
Dividendo adicional proposto	—	—	—	—	—	178.210	(178.210)	—	—	—	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	—	—	(114.553)	—	(114.553)	(324)	(114.877)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.577.763	517.341	318.601	142.780	354.367	178.210	—	(263.981)	2.825.082	6.938	2.832.020
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras											

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Transmissão S.A. ("CPFL Transmissão" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto e tem por objeto principal realizar estudos, projetos, construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, bem como celebração de atos de empresa decorrentes dessas atividades. A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Dr. João Inácio, nº 859, Navegantes, CEP 90.230-181, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul - Brasil. A Companhia detém três concessões para exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, são elas: **Contrato de Concessão nº 055/2001 - ANEEL:** Firmado em 2001, e aditado em 2012, o contrato para transmissão de energia elétrica, estabelece: (i) quais os bens vinculados à Concessão e a obrigação de operar e manter a infraestrutura existente; (ii) as condições para a prestação do serviço; (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e (iv) a indenização, em caso de extinção da concessão, referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão. O aditivo de 2012 estabeleceu: (i) os valores de indenização das instalações não depreciadas, construídas anteriores a maio de 2000 - RBNl e das instalações não depreciadas, construídas anteriormente a maio de 2000 - Rede Básica do Sistema Existente (RBSE), vide nota 10, (ii) o reajuste anual (julho) e revisão quinzenal da receita anual permitida (RAP). Além dos critérios para reajuste e revisão da receita, previstos em contrato, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabelece em regulamentação específica as regras e metodologia para cálculo dessa revisão, e (iii) prorrogou o prazo do contrato de concessão por mais 30 anos, até 31 de dezembro de 2042. **Contrato de Concessão nº 080/2002 - ANEEL:** Em 2002, a Companhia firmou o contrato de concessão da LT 230kV UPME x Pelotas 3, que estabelece: (i) a obrigação de construir, operar e manter a infraestrutura a serviço da concessão, (ii) quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados (área geográfica de atendimento e classe de consumidores), (iii) a garantia de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão, (iv) indenização ao final do contrato de concessão referente à parcela ainda não amortizada dos investimentos realizados pela Companhia na infraestrutura a serviço da concessão, (v) prazo de vigência de 30 (trinta) anos, contados a partir da entrada em operação das instalações de transmissão, objeto do contrato, podendo ser renovado por igual período, desde que requerida pela Companhia até 36 meses antes do término do contrato. A eventual prorrogação do Contrato de Concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições gerais do contrato, (vi) reajuste anual (julho) das tarifas e revisão nos casos de criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, quando comprovados seus impactos. Os critérios e as metodologias para reajuste e revisão das tarifas de energia elétrica são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em regulamentação específica. **Contrato de Concessão nº 04/2022 - ANEEL:** Em 2022 a Companhia firmou contrato para a construção, operação e manutenção da Subestação 230/138 kV Cachoeirinha 3, incluindo obras de seccionamento de linhas de transmissão 230 kV e 138 kV. O contrato de concessão previa a energização para até 30 de setembro de 2024, com RAP de R\$ 9.234, auferida a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações, sendo que a energização e a entrada em operação comercial ocorreram em novembro de 2023. **Contrato de Concessão nº 03/2026 - ANEEL (aguardando assinatura e confirmação do regulatório):** Na qualidade de vencedora do Leilão de Transmissão nº 4/2025, a Companhia arrematou o Lote 3 e celebrou, em fevereiro de 2026, o Contrato de Concessão nº 03/2026 com a ANEEL, tendo por objeto a construção, operação e manutenção das SEs 525/138 kV Erechim, 230/69 kV Boa Vista do Buricá 2, 230/138 kV São Sebastião do Cai 2 e 230/138 kV Ivoti 2, incluindo seccionamentos e novos trechos de LTs no Estado do Rio Grande do Sul e a LT 230 kV Sarandí - Maringá no Estado do Paraná. A RAP vencedora do leilão foi de R\$ 81.156, sendo o investimento (CAPEX) estimado pela ANEEL para o lote de R\$ 1.069.085 e o início da operação comercial está previsto para fevereiro de 2030. A participação da Companhia no referido leilão está alinhada à estratégia de crescimento do Grupo CPFL, com propostas fundamentadas em disciplina financeira, sinergia com os ativos existentes e eficiência operacional na execução de projetos de infraestrutura. A Companhia possui participações diretas nas seguintes controladas: **CPFL Transmissão de Energia Piracicaba Ltda. ("CPFL Piracicaba")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Piracicaba opera a concessão vencida no Leilão de Transmissão ANEEL 007/2012, uma subestação de 440 kV, localizada no município de Piracicaba, no Estado de São Paulo, além de uma linha de transmissão de aproximadamente 6,5 km de extensão que foi transferida para a CTEEP conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Morro Agudo Ltda. ("CPFL Morro Agudo")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Morro Agudo opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 007/2014, uma subestação de 500/138 kV, localizada no município de Morro Agudo, no Estado de São Paulo, bem como uma linha de transmissão de aproximadamente 1 km de extensão, transferida para Ribeirão Preto Transmissão de Energia S.A. - RPTE, conforme previsto no edital do Leilão. **CPFL Transmissão de Energia Maracanaú Ltda. ("CPFL Maracanaú")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Maracanaú opera as instalações de transmissão, objeto do Leilão de Transmissão ANEEL 002/2018, uma subestação de 230/69 kV - 3 x 150MVA, localizada no município de Maracanaú, no Estado do Ceará, além de um trecho de linha de transmissão de aproximadamente 2km de extensão. **CPFL Transmissão de Energia Sul I Ltda. ("CPFL Sul I")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul I, opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 05 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, constituído por um novo pátio de 230 kV na SE Itá, com três bancos de transformadores 525/230 kV e duas linhas de transmissão em circuito duplo 230 kV a partir dessa subestação, sendo a primeira para a SE Pinhalzinho 2 com 105 km de extensão, e a segunda para a SE Xanxerê com 55 km. **CPFL Transmissão de Energia Sul II Ltda. ("CPFL Sul II")**: controlada integral com participação de 100%, a CPFL Transmissão Sul II opera as instalações de transmissão relacionadas ao Lote 11 do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2018, quais sejam, a implantação da SE Porto Alegre 1 230/ 69 /13,8 kV - 3X83MVA, da SE Vila Maria 230/138/13,8 kV - 2X150MVA fruto do

seccionamento da linha de transmissão 230kV Passo Fundo - Nova Prata, a implantação da SE Osório 3 230 kV a partir do seccionamento da linha de transmissão 230 kV Lagoa dos Barros - Osório 2, e ainda a implantação de outros três trechos de linha 230 kV em circuito simples, sendo o primeiro com aproximadamente 66 km ligando a SE Osório 3 - Gravataí 3, o segundo (subterrâneo) com aproximadamente 3,6 km ligando a SE Porto Alegre1 - SE Jardim Botânico e o terceiro (subterrâneo) com aproximadamente 4 km ligando a SE Porto Alegre 1 - SE Porto Alegre 8. **Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. ("TESB")**: controlada com participação de 98,01%, a TESB opera as instalações de transmissão relacionadas ao lote A do Leilão de Transmissão ANEEL 008/2010, composto por 5 linhas de transmissão e 4 subestações: (i) LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Porto Alegre 8; (ii) de LT 230 KV de Porto Alegre 9 - Nova Santa Rita; (iii) LT 230 KV de Campo Bom Taquara; (iv) LT230 KV - Jardim Botânico FIC/ Porto Alegre 10 C-1 RS (v) 230 KV - Viamão 3; (vi) 230 KV Candelária 2; (vii) Restinga, LT 230 KV Restinga - Porto Alegre 13 e LT 230 KV Restinga - Viamão 3 e (viii) SE 230/69 KV Jardim Botânico 3º Transformador JBO. **1.1 Mudanças Climáticas:** Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Anualmente, o Grupo realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles: • Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pelo grupo; • Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia; e • Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor. O Grupo considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. Na versão vigente em 2025, a estrutura do Plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de IRECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono. Para endereçar esforços de resiliência às mudanças climáticas foi divulgado em janeiro de 2025 com aplicabilidade a partir do mesmo ano, o plano que considera o compromisso de: Estabelecer planos de adaptação climática para os negócios de geração, transmissão e distribuição da CPFL, fortalecendo a resiliência de nossos ativos até 2030. Na publicação "Nossa jornada frente as mudanças climáticas" a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para o Grupo, de acordo com a metodologia Task Force for Climate-related Financial Disclosures - TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima). Adicionalmente, a cada ano também publicamos na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP) nos questionários de mudanças climáticas e segurança hídrica, dando maior transparência para nossos públicos de interesse.

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025.

Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL: O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a CPFL Energia implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação "Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas", e na plataforma global do *Carbon Disclosure Project* (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente. Em 2025, avançamos de forma significativa na agenda climática com o desenvolvimento do nosso Plano Integrado de Adaptação Climática, que contempla as operações de geração, transmissão e distribuição da companhia. Iniciamos no mapeamento dos riscos climáticos físicos que tem potencial de impacto nas atividades de transmissão. Na sequência, ampliaremos o estudo para incluir as operações de geração e distribuição. Esse processo também nos posiciona para atender às novas exigências regulatórias aplicáveis às companhias abertas no Brasil, conforme previsto na Resolução CVM nº 193. **Iniciativas específicas:** Segmento de geração: Foco em fontes renováveis e inovações para segurança de barragens e eficiência dos ativos, como a plataforma Hydro 4.0, que integra soluções digitais da indústria 4.0; a diversificação do portfólio e repactuação do GSF (*Generation Scalling Factor*). Segmento de distribuição: Investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS), além de projetos de resiliência em parceria com FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia. Segmento de transmissão: Investimentos para modernização das subestações e linhas de transmissão, e avaliação de novas tecnologias e alternativas para mitigar os impactos dos eventos climáticos. Além do monitoramento remoto dos ativos via satélite, permitindo fazer previsões de curto prazo e monitoramento envolvendo incêndios, deslizamentos de terra, erosão, dentre outros. **Gestão de crises:** O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências. O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados à medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados. O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação

de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo. Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade e da diversificação das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas. A governança de crises da CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação: As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e também estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia e suas controladas ("CPFL Transmissão") também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Energia Elétrica Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026. **2.2 Base de mensuração:** As informações contábeis financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das informações contábeis financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são: • Nota 10 - Ativo contratual: (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 15 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 16 - Debêntures; (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 18 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos; (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); • Nota 20 - Créditos e débitos fiscais diferidos; (reconhecimento de ativos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); e • Nota 29 - Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo). Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pelo Grupo e suas controladas. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras individual e consolidada estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados. **2.5 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Companhia apresenta suas demonstrações financeiras considerando somente um segmento operacional, sendo esta a forma que a Administração e o Conselho de Administração da Companhia e sua controlada avaliam a performance e